Assunto: **Da não aplicação da Lei n.º 9.099/95 aos crimes praticados contra crianças e adolescentes.**

NOTA TÉCNICA

1. Apresentação

Este Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude elaborou, em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial, a presente Nota Técnica acerca da competência dos Juizados Especiais (Lei n.º 9.099/95), em julgar os crimes perpetrados contra criança e adolescente, em razão da inserção do § 1º, no artigo 226 no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90).

2. Justificativa

Como órgão auxiliar, incumbe ao Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude, na forma do artigo 62 da Lei Complementar n.º 057 de 06 de julho de 2006, e artigo 9º, inciso II, da Resolução n.º 005/2011-CPJ de 19 de maio de 2011, prestar informações técnico-jurídicas, **sem caráter vinculativo**, aos órgãos ligados às suas áreas de atividade.

3. Introdução ao tema

A violência perpetrada contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo e de difícil enfrentamento, faz parte do contexto histórico-social do Brasil e decorre, fundamentalmente, da relação de poder presente nas relações que, entre vários problemas estruturantes, apresenta o autoritarismo fortemente enraizados, podendo ser praticada de diversas formas, seja através da negligência, da violência física, psicológica ou sexual, envolvendo causas sociais, culturais, ambientais, econômicas e políticas, aliadas à invisibilidade e à impunidade de quem a pratica.

Apesar de atingir todas as classes sociais, apresenta-se com mais frequência nas classes economicamente mais desfavorecidas, em decorrência da compreensão de que direitos fundamentais são uma concessão do Estado, bem como a assimilação de que as classes sociais mais baixas da sociedade e, principalmente, crianças e adolescentes não são sujeitos de direitos tanto quanto os demais sujeitos, ou seja, essa seletividade dos direitos fundamentais e humanos torna a violação em relação ao

público infantojuvenil mais tolerável aos olhos da sociedade e, por vezes, até aceitável¹. Além disso, pessoas em condição de pobreza também são mais vulneráveis a violações de direitos devido às condições precárias de sobrevivência, causadas pela má distribuição de renda, a aceleração do processo de urbanização, a migração, a pobreza, a ineficácia das políticas sociais, entre outras causas.

De acordo com o Anuário de Segurança Pública de 2022, entre 2016 e 2020, 35 mil crianças e adolescentes, entre 0 e 19 anos foram mortas de forma violenta no país. Apenas no primeiro semestre de 2021, foram registrados 24.761 casos de violências contra o público infantojuvenil, de acordo com o Estudo “Violência contra crianças e adolescentes (2019-2021)”, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ainda em consonância com dados publicados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ao se analisar as situações de maus-tratos contra crianças e adolescentes entre 0 e 19 anos, em 2022, percebe-se que cerca de 46% dos autores desse tipo de crime são familiares ou conhecidos da vítima, enquanto apenas 22,5% são indivíduos desconhecidos, fora do círculo social da criança ou do adolescente.

Diante desses números, fica evidente que se trata de um problema que exige olhar atento de toda sociedade para seu enfrentamento, principalmente, tendo em vista que diariamente crianças e adolescentes são expostos a todos os tipos de violência, de maneira continuada. Conforme bem destacado pelo Fórum de Segurança Pública de 2022, “São abusos de todas as ordens, desde o abandono, o vexame e a humilhação, a violência física dentro do ambiente doméstico, os abusos sexuais – que vão desde a pornografia até o estupro e a exploração sexual – culminando, infelizmente, em casos inconcebíveis de assassinatos de crianças e adolescentes”.

Seguido do crime de estupro, maus-tratos é o tipo penal com maior incidência no Brasil. Considerando que, via de regra, é perpetrado no ambiente familiar, a subnotificação desse tipo de crime é altíssima e os agressores, na maioria dos casos, são pessoas do convívio da vítima, que possuem o dever de proteção daquela criança/adolescente.

Maus-tratos, além de ser um delito comum, algumas vezes tolerado socialmente, marca severamente o desenvolvimento infantojuvenil. A neurociência, por meio de exames e tecnologias de ponta, comprova que o desenvolvimento inicial do cérebro

¹ TRUZZI, Oswaldo. Assimilação ressignificada: novas interpretações de um velho conceito. Revista de Ciências Sociais, 2012.

² <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

humano demora vários anos para se completar e depende de bons vínculos afetivos para preservar as suas sinapses e estabilizar as redes neurais ³.

Assim, os modos de interação com o ambiente, sobretudo na primeira infância, marcam positiva ou negativamente cada fase de desenvolvimento, com comprometimentos que podem atingir a formação do caráter, a saúde física e psíquica⁴. Considerando que 91% das vítimas desse tipo penal possuem entre 0 e 9 anos, a capacidade de autodefesa, bem como de pedir ajuda é reduzidíssima, o que aumenta mais ainda a subnotificação.

Outrossim, a violência doméstica perpetrada contra crianças e adolescentes, via de regra, ocorre de forma continuada, considerando que dificilmente chega ao conhecimento das autoridades, o que geralmente só ocorre em casos extremos, a chance de se perpetuar e agravar é frequente, e, em alguns, termina no resultado morte, como no caso do menino Henry Borel, em que uma sequência de agressões vinha acontecendo e, a inércia dos que conviviam com a criança, propiciou que o caso evoluísse para óbito.

A idade mais atingida pelo crime de maus-tratos, de acordo, ainda, com os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública é 6 (seis) anos, ou seja, idade em que a capacidade de reação à uma agressão é praticamente inexistente, assim como a possibilidade de pedir ajuda ou de ter acesso a um canal de denúncia também é difícil, diante da dependência e fragilidade da vítima em relação aos seus cuidadores.

Com a Constituição Federal de 1988, o Brasil passou a ter outro olhar para infância e juventude, trazendo uma mudança de paradigma, na medida em que anteriormente havia uma proteção deficitária a esse público, sendo previsto tratamento normativo apenas quanto aos jovens abandonados ou considerados “delinquentes”. A partir da Carta Constitucional é que se passou a reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. De acordo com Di Mauro (2017, p. 46), “foi a Constituição Federal de 1988 que, inovando em relação às demais constituições que já vigoraram em território nacional, abordou princípios voltados à proteção da criança e do adolescente”.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao Jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-

³ REICHERT, Evânia Áster. *Infância a Idade Sagrada. Anos sensíveis em que nascem as virtudes e os vícios humanos*. Edições Vale do Ser. Porto Alegre-RS, 2016, pag. 35.

⁴ Idem. Pag. 39.

los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL,1988).

De acordo com o texto constitucional, a defesa dos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes e dos jovens é regido pelos princípios da proteção integral e da cooperação, sendo dever de todos, Estado, família e sociedade, a responsabilidade de garantir os direitos infantojuvenis, o direito a convivência familiar e comunitária, o direito que toda criança e adolescente tem de ser criado e educado no seio de sua família original, e excepcionalmente em família substituta, com base no princípio do melhor interesse, a salvo de negligência e qualquer tipo de crueldade e opressão.

Em compasso com a CF/88, o legislador vem buscando efetivamente materializar os direitos infantojuvenis previstos não apenas no texto constitucional, mas em todo arcabouço normativo vigente, dentre os quais: os compromissos ratificados pelo Brasil na forma da Convenção de 1989 sobre os Direitos da Criança, Estatuto da Criança e do Adolescente e nas demais legislações ordinárias, como a Lei n.º 13.431/2017 que estabeleceu um sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e implementou o depoimento especial e escuta especializada, dentre diversos outros mecanismos de proteção.

Outro diploma legal em destaque, é a Lei n.º 14.344/2022 (Henry Borel), que criou mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente e tipificando-a como uma das formas de violação dos direitos humanos, podendo ser perpetrada através de qualquer ação ou omissão que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano patrimonial.

Dentre as inovações da Lei Henry Borel, está a inclusão do § 1º, no art. 226 do ECA, segundo o qual “aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei n.º 9.099, de 26 de setembro de 1995”.

Art. 226. Aplicam-se aos crimes definidos nesta Lei as normas da Parte Geral do Código Penal e, quanto ao processo, as pertinentes ao Código de Processo Penal.

§ 1º Aos crimes cometidos contra a criança e o adolescente, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Em decorrência da previsão de não aplicação da Lei n.º 9.099/95 aos crimes praticados contra crianças e adolescente ter sido prevista como parágrafo do artigo 226 do ECA, surgiram questionamentos quanto ao alcance deste mandamento, já que o

caput se destina aos crimes previstos no ECA, logo, sendo o parágrafo um complemento ao caput, o alcance seria restrito às condutas tipificadas no Estatuto.

Contudo, essa não parece ser a melhor interpretação, não merecendo prosperar. Isso porque a norma tem que ser compreendida de forma sistemática, em consonância com todo arcabouço normativo vigente, seja ele nacional ou internacional.

Previsão semelhante está inserta no art. 41, da Lei n.º 11.340/2006 (Maria da Penha): *Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.* Ao interpretar este dispositivo, o STJ, no Informativo n.º 539, quanto a abrangência ou não das contravenções penais, dispôs:

o legislador, ao editar a Lei 11.340/2006, conferiu concretude ao texto constitucional (art. 226, § 8º, da CF) e aos tratados e as convenções internacionais de erradicação de todas as formas de violência contra a mulher, **a fim de mitigar, tanto quanto possível, qualquer tipo de violência doméstica e familiar contra a mulher, abrangendo não só a violência física, mas, também, a psicológica, a sexual, a patrimonial, a social e a moral.** (...)

Assim, percebe-se que o Informativo buscou a mens legis, ou seja, mitigar qualquer tipo de violência doméstica e familiar contra mulher, da mesma forma, a Lei n.º 14.344/2022, que foi editada com o objetivo de proteger outro hipossuficiente, no caso a criança e adolescente, bem como, materializar o art. 227, § 4ª, da CF/88, que prevê que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual contra crianças e adolescentes.

O contexto que envolve, geralmente, a violação de direitos de crianças e adolescentes é muito complexo, logo o rito célere e as medidas despenalizadoras características dos juizados, não se coaduna com a proteção integral que é constitucionalmente garantida ao público infantojuvenil, bem como, não pode ser considerada “punição severa”, a possibilidade de transacionar o ato de violência.

Toda essa evolução legislativa, desde a doutrina “menorista”, até o ideal da proteção integral é uma construção do legislador e da sociedade civil com objetivo de garantir e efetivar direitos ao público infantojuvenil que, apesar de, atualmente, já dispor de diversos instrumentos normativos, ainda permanece com indicadores elevados de ocorrências, entre crimes letais e não letais. Apesar dos indicadores elevados, frisa-se que há uma subnotificação expressiva nessa forma de violência, especialmente em razão de a criança/adolescente, via de regra, depender do engajamento de um adulto

para que o caso chegue até as autoridades, principalmente nos casos menos graves, o que dificilmente ocorre, considerando que os agressores, em sua grande maioria, são os que coabitam com ela e deveriam protegê-la.

Dessa forma, não merece prosperar a interpretação gramatical que restringe a aplicação da Lei n.º 9099/95 aos crimes previstos no ECA, limitando, dessa forma, a proteção da criança/adolescente, bem como, indo de encontro com o princípio do superior interesse da criança⁵, que deve ser observado pelas instituições públicas e privadas, Poder Judiciário, Poder Executivo e Poder legislativo no âmbito de suas ações.

Este inclusive, é o posicionamento que já vinha sendo adotado pelo Tribunal de justiça do Estado do Pará, antes mesmo, do advento da Lei Henry Borel, conforme jurisprudência abaixo:

ACÓRDÃO TJPA Nº 199398 - DOC: 20180513018897. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA Nº 0001086-69.2018.814.0952. SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA. SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ANANINDEUA. RELATORA: DESA. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS. PROCURADORA DE JUSTIÇA: DRA. ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER. EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE JUÍZO DE DIREITO DA 4ª CRIMINAL DA COMARCA DE ANANINDEUA E O JUÍZO DE DIREITO DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE ANANINDEUA. MAUS TRATOS NO ÂMBITO FAMILIAR. VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA PERPETRADA POR MÃE CONTRA FILHO DE 4 ANOS DE IDADE. ART. 136, §3º, DO CP. CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO. COMPLEXIDADE DA CAUSA, COM NECESSIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE EQUIPE MULTIDISCIPLINAR. INTELECÇÃO DA LEI Nº 13.431/2017. INCOMPATIBILIDADE COM RITO SUMARÍSSIMO DA LEI DOS JUIZADOS ESPECIAIS DEMONSTRADO. *In casu*, o tipo penal capitulado provisoriamente pelo RMP (art. 136, §3º, do CP) prevê pena máximo em abstrato em 1 ano e 4 meses de detenção ou multa, o que, em tese, agasalharia a competência da vara de juizado especial para processar e julgar a causa. **Contudo, embora a pena seja a**

⁵ Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos Teóricos e Práticos/Andréa Rodrigues Amin...[etal.] ; coordenação de Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel – 14.ed. – SP: SaraivaJur,2022.

compatível com o rito dos juizados o caso comporta certa complexidade, tornando-se premente, para o seu deslinde, a intervenção de equipe multidisciplinar, pois envolve vítima menor de 14 anos de idade que teria sofrido maus tratos da própria mãe, providências estas incompatíveis com o rito dos juizados. Anote-se, ainda, que, após a edição da Lei nº 13.431/2017, o depoimento de crianças e adolescentes deve ser tomado nos moldes estabelecidos pela novel legislação, que exige a participação de profissionais que compõem a equipe multidisciplinar sendo, portanto, cogente a necessidade de tramitação de feitos dessa natureza em unidades judiciais com competência específica para processar e julgar crimes praticados contra crianças e adolescentes, ou seja, o juízo suscitante.

CONFLITO DIRIMIDO COM RECONHECIMENTO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ANANINDEUA (COM COMPETÊNCIA ESPECÍFICA PARA PROCESSAR E JULGAR CRIMES PRATICADOS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ANANINDEUA) EM CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL. UNANIMIDADE.

EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO – VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA NO AMBITO FAMILIAR – COMPLEXIDADE DA CAUSA INCOMPATIVEL COM O RITO SUMARÍSSIMO DA LEI n.º 9.099/95 – DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA. **Em que pese a pena máxima aplicada ao caso, sua apuração exige análise completa que somente pode ser feita por juízo compatível com sua complexidade. Mostra-se incompatível a tramitação do feito sob o rito sumaríssimo da Lei 9.099/95,** diante da complexidade da causa reconhecida nas instâncias ordinárias, razão pela qual inexistente flagrante ilegalidade do retorno dos autos ao Juízo Comum, conforme disposto no art. 77, § 2º c/c art. 66, parágrafo único, ambos da Lei 9.099/95. (Processo AgRg no HC 370162/PE AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS 2016/0235036-7 Relator(a) Ministro NEFI CORDEIRO - SEXTA TURMA Data da Publicação/Fonte DJe 13/12/2016).

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. **LESÃO CORPORAL PRATICADA CONTRA MENOR NO ÂMBITO FAMILIAR.** COMPLEXIDADE DA CAUSA. VERIFICADA. PROFUNDA DILAÇÃO PROBATÓRIA. NECESSIDADE. INCOMPATIBILIDADE COM RITO SUMARÍSSIMO. DEMONSTRADO. DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA 4ª VARA

CRIMINAL DE ANANINDEUA. Embora a pena base em abstrato culminada ao delito de lesão corporal seja inferior a dois anos de reclusão, sua apuração exige análise aprofundada do acervo probatório, que somente será feita por juízo compatível com a sua complexidade. **Trata-se de caso onde resta imprescindível a produção probatória aprofundada, uma vez que a vítima é uma criança, e que os supostos delitos de agressão ocorrem no âmbito familiar, supostamente praticados pela sua genitora, resta evidentemente necessário, para melhor apuração e deslinde dos fatos, de intervenção de uma equipe interdisciplinar, o que foge aos limites da competência do juizado especial criminal, que tem contornos balizados na Lei nº 9.099/95.** CONFLITO DIRIMIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA PENAL DE ANANINDEUA. DECISÃO UNÂNIME.

EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – ART. 136 – MAUS TRATOS – CRIME DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO – COMPLEXIDADE DO FEITO – AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR – MELHOR APURAÇÃO DOS EVENTOS CRIMINOSOS – IMPROCEDÊNCIA DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO PELO JUÍZO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ANANINDEUA/PA, SENDO A PRÓPRIA VARA COMUM COMPETENTE PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. UNANIMIDADE.

1. Suscita o Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/PA o presente conflito negativo de competência para que seja declarado competente para processar e julgar o feito o Juizado Especial Criminal da Comarca de Ananindeua/PA.

2. Do que consta nos autos, verifica-se que ELIELDA SILVA DOS SANTOS foi autuada sob a capitulação do art. 136, do CPB no TCO, de forma que a competência fora inicialmente concretizada em razão da matéria, em decorrência do delito ser de menor potencial ofensivo, com pena máxima não superior a 02 (dois) anos, nos termos circunscritos no art. 60 da Lei nº 9.099/95.

3. Em que pese a capitulação penal atribuída inicialmente apontar a prática de crime de menor potencial ofensivo, verifica-se dos autos que o crime fora perpetrado contra um menor de 18 (dezoito) anos, envolvendo violência física e psicológica, o que predispõe a necessidade de intervenção de equipe multidisciplinar.

4. É cediço que a realização de avaliação psicossocial e necessidade de intervenção interdisciplinar não enseja matéria de maior complexidade, a justificar o deslocamento para processamento e julgamento do feito para a Justiça Comum.

5. Todavia, não é apenas a necessidade de avaliação psicossocial e intervenção disciplinar, vetores presentes aptos a propulsionar tal deslocamento.

6. Do que consta nos autos, sobretudo no relato efetuado pela Fundação PRO PAZ, verificou-se que o menor, vítima, supostamente, sofria constantes

agressões por parte da ofensora, sua genitora, sendo a última tão severa, que poderia, inclusive, ter ocasionado lesão corporal (fls. 08/09).

7. Deste modo, revela-se imprescindível para que seja determinado à equipe multidisciplinar da 4ª Vara Penal da Comarca de Ananindeua/PA que colha o depoimento da vítima, de forma a viabilizar a correta análise do fato em apuração, sobretudo ante a possibilidade de transmutação da capitulação provisória firmada pela autoridade policial.

8. Assim, do que consta, até o presente momento, demonstra o caso a possibilidade de os eventos delitivos predispor complexidade incompatível com o procedimento adotado nos Juizados Especiais.

IMPROCEDÊNCIA DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. UNANIMIDADE.

Outro ponto de extrema relevância observado no acordão acima, sobre a competência dos juizados para julgar os crimes contra crianças e adolescentes diz respeito ao sistema estabelecido pela Lei n.º 13.431/2017, no que concerne ao tratamento que deve ser ofertado ao público infantojuvenil quando vítimas ou testemunhas de violência.

Não é razoável que um incapaz não possa figurar como parte em um processo de natureza cível perante um juizado especial e, em questões gravíssimas, que envolvem violações de direitos como maus-tratos, a criança possa compor o polo passivo, inclusive, dando a oportunidade ao agressor de transacionar sua penalidade.

A não atuação efetiva do Sistema de Justiça e da Rede de Proteção como um todo contribui para a elevação do número de mortes violentas de crianças e adolescentes no Brasil. Além disso, a certeza da impunidade e da invisibilidade da conduta contribuem para a permissibilidade dos agressores e incentivam a reincidência, até que casos como o do menino Henry ocupem a mídia e causem reprovação social.

Contudo, diversas crianças permanecem submetidas a violações de direitos semelhantes às sofridas por Henry, sem que a mídia venha ser cientificada, recebendo a indiferença da sociedade e tendo seu sofrimento invisibilizado. Assim, diariamente, as vítimas são obrigadas a voltar para casa com os agressores, sem que nada mude em sua situação fática e permanecem num ciclo de agressões.

Existe, ainda, uma outra corrente doutrinária que discorda do entendimento supramencionado, posicionando-se pela manutenção da competência dos juizados especiais, sob o argumento de que se trata de matéria com previsão constitucional, bem como em razão da inclusão do texto normativo que afasta a aplicação da Lei n.º 9.099/95, nos crimes praticados contra crianças e adolescentes estar prevista no parágrafo primeiro do art. 226 do ECA, sustentando, então, que teria sido opção do

legislador restringir a proibição do rito da Lei 9.099/95 apenas aos crimes previstos no ECA⁶.

Sob essa ótica, a incompetência dos juizados especiais, na visão de Sanches e Ávila, ensejaria em resultados contraditórios no âmbito jurídico, na medida em que certos mecanismos processuais, como a suspensão condicional do processo, se tornariam incabíveis em qualquer processo penal envolvendo essa temática, fato que, segundo esses doutrinadores, não se coaduna com a atual tendência do processo penal, sob o viés de que há uma preferência pela formação de acordos de não persecução penal, a fim de tornar o processo mais eficiente e possibilitar respostas mais individualizadas para o caso concreto.

Contudo, o entendimento legal proposto por Sanches e Ávila, apesar de apresentar uma interpretação sistemática em acordo com as normas do ordenamento, falha em avaliar a função social para qual a referida lei foi criada, que consiste em garantir proteção ao público infantojuvenil, contra qualquer forma de delito, em razão de seu potencial, independentemente do quantitativo de seu caráter ofensivo, em afetar negativamente a vítima, assim como bem evidencia Eduardo Cabette:

“Certamente pecou a Lei 9099/95 ao eleger como único critério determinador da infração de menor potencial ofensivo o “quantum” da pena máxima, ensejando situação incrível em que um crime terrivelmente danoso pelo seu aspecto deletério da formação da criança, venha a ser como tal considerado. Mas, isso é consertado com a nova redação dada pela Lei 14.344/22 ao artigo 226, § 1º., da Lei 8.069/90 (ECA), vedando a aplicação dos benefícios da Lei 9.099/95 aos casos de violência contra crianças e adolescentes (CABETTE, Eduardo, 2022).”

Ainda de acordo com análise de Cabette, feito um paralelo entre as semelhanças da Lei 14.344/23 com a Lei nº 11.340/06, sob a ótica de que a jurisprudência dos tribunais pátrios sedimentou o entendimento sobre a incompatibilidade dos crimes de violência doméstica contra a mulher com o caráter de menor potencial ofensivo⁷,

⁶ SANCHES, Rogério. ÁVILA, Thiago. Crimes contra crianças e adolescentes: A continuidade de aplicação da Lei 9.099/1995 após o advento da Lei 14.344/2022. 2022. Disponível em: < <https://meusitejuridico.editorajuspodivm.com.br/2022/07/06/crimes-contra-criancas-e-adolescentes-a-continuidade-de-aplicacao-da-lei-9-099-1995-apos-o-advento-da-lei-14-344-2022/> >. Acesso em: 05/06/2023

⁷ A descaracterização dos crimes de violência doméstica contra a mulher do caráter de menor potencial ofensivo é evidenciada no *Habeas Corpus nº 106.212/MS. STF. Plenário. Rel. Min. Marco Aurélio, julgado em 24 mar. 2011* e na *Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 19-DF*.

devendo o mesmo ser observado em relação aos crimes perpetrados contra crianças e adolescentes, tendo em vista que ambos os institutos possuem viés protetivo de grupos vulneráveis, tendo, portanto, a norma legal a mesma função social, prevalecendo, então, a isonomia jurisprudencial entre esses casos ⁸.

Em razão dessa divergência doutrinária, o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais reconheceu esse impasse legal como uma situação de especial interesse do ordenamento jurídico, amparado no entendimento de que a violência contra crianças e adolescentes é uma violação de direitos humanos que possui efeitos devastadores na vítima, além de ser de difícil enfrentamento. Nesse sentido, foi publicado o Enunciado nº01/2023 do CNPG, que disciplina pela não aplicação da lei nº 9.099/95 a nenhum crime praticado contra criança ou adolescente, sendo o seu quantitativo de pena e onde esteja capitulado irrelevante, por força do §1º do art. 226 do ECA.

Acerca dessa matéria, o referido enunciado do CNPG torna patente em seu texto que a proteção da criança e do adolescente deve ser matéria de evidência judicial, amparada pelo princípio fundamental da prioridade absoluta. Desse modo, à medida de que o Estado brasileiro se compromete a punir severamente atos de violência contra esse público, questiona-se a validade de considerar mesmo que uma parcela desses delitos de “menor potencial ofensivo”.

Não obstante, os institutos despenalizadores, previstos na Lei nº 9.099/95 se mostram inadequados como método de proteção de direitos, de modo que, tais instrumentos processuais, apesar de serem benéficos para o réu, não apoiam as vítimas menores de idade da proteção que necessitam, dificultando o cumprimento da doutrina de proteção integral e do princípio da prioridade absoluta, descritos na Constituição Federal Brasileira.

Não agregam nenhum tipo de benefício às vítimas menores de idade, sendo que a aplicação desses institutos não se coadunam com a proteção integral e a prioridade absoluta que a Constituição Federal garante às crianças e aos adolescentes.

Conclusão

Portanto, conforme pontuado, deve-se interpretar o novo texto normativo do art. 226, §1º do Estatuto da Criança e do Adolescente, modificado pela Lei 14.344/2023, no

STF. Plenário. Rel. Min. Marco Aurélio. Julgado em 09 de fev. 2012. E STF. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4424-DF. Plenário. Rel. Min. Marco Aurélio. Julgado em 09 de fev. 2012.

⁸ IBIDEM

⁹ Art. 227, C.F. - CAPUT

sentido de afastar a competência dos Juizados Especiais em julgar tipos penais cometidos contra crianças e adolescentes, independente do quantum temporal da pena abstrata referente ao crime cometido.

Nesse sentido, deve prevalecer a compreensão de que à população infantojuvenil é aplicado o princípio da proteção integral, tornando os dispositivos jurisdicionais previstos na Lei 9.099/95 insuficientes para garantir a proteção almejada pelo legislador para esse público, haja vista que as Varas de crimes contra criança e adolescente dispõem de equipes multidisciplinares para melhor auxiliar a vítima menor de idade.

Por fim, os crimes cometidos contra crianças e adolescentes não devem ser considerados leves ou de menor potencial ofensivo, em qualquer hipótese, em razão do caráter isonômico da Lei 14.344/23 com a lei 11.340/06, que afasta essa característica dos crimes previstos em seu texto normativo, assim como decidido pelo Supremo Tribunal Federal, bem como, dos efeitos nefastos que causa na vítima em razão do seu estado especial de desenvolvimento.

Belém (PA), 24 de outubro de 2023.

MÔNICA REI MOREIRA FREIRE

Coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS

Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Políticas Criminais, Execução Penal e Controle Externo da Atividade Policial

SABRINA MAMEDE NAPOLEÃO KALUME

Promotora de Justiça Auxiliar
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

BRENDA CORRÊA LIMA AYAN

Promotora de Justiça Auxiliar
Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude